

ASPECTOS LINGÜÍSTICOS NA GRAMÁTICA DE FERNÃO D'OLIVEIRA¹

Horácio França Rolim de Freitas (UERJ – ABF)

RESUMO

Fernão de Oliveira, apesar de ter sido o primeiro gramático de nossa língua (1536), não se submeteu aos ditames da gramática latina, como ocorreu com inúmeros outros autores que lhe seguiram, a começar por João de Barros (1540) que, inclusive declina os substantivos (!)

Das várias edições que a obra de Oliveira mereceu, destaca-se a de Olmar Guterres da Silveira, de 1954, microfilmada do único exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa

Sua importância e superioridade em relação aos gramáticos de sua época mereceu abalizada apreciação do eminente lingüista Eugenio Coseriu, concedendo a Fernão de Oliveira um lugar de destaque na história da lingüística românica e na lingüística geral.

Em 2000, os filólogos portugueses, Amadeu Torres e Carlos Assunção, publicaram, pela Academia das Ciências de Lisboa, a edição mais completa e fidedigna da Gramática de Fernão de Oliveira, não só por ser edição crítica, semidiplomática e anástática, mas também pelos eruditos comentários dos referidos filólogos, tendo, ainda, merecido um Estudo Introdutório de Eugenio Coseriu.

PALAVRAS-CHAVE: vogais; figuras; ortografia; analogia; dições

Apesar de ter sido o primeiro gramático da língua portuguesa, distanciou-se muito de seus sucessores pela originalidade, particularmente na área fonética. Sua perspicácia na descrição dos fonemas mereceu a seguinte afirmação de Eugenio Coseriu:

“Oliveira supera, contudo, todos, mesmo a Nebrija, pela agudeza de suas observações, pela minuciosidade e pelo caráter sistemático de suas descrições dos sons portugueses.”(in *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*)

O texto da 1ª edição foi publicado em 1536, em Lisboa, pelos editores German e Galhardo. Uma 2ª edição veio a público em 1871,

¹ Trabalho apresentado no III Encontro Nacional com a Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos na Academia Brasileira de Letras, em maio de 2004.

Porto, Imprensa, pelos editores Visconde d'Azevedo e Tito de Noronha. Em 1933, saiu uma 3ª edição, em Lisboa, pela Tipografia Belezza, sob a responsabilidade de Rodrigo de Sá Nogueira e José Fernandes Júnior. Uma 4ª edição veio a lume em 1954, como tese de concurso do filólogo Olmar Guterres da Silveira, cujo texto foi reproduzido da edição de 1936, copiado por microfilme do exemplar único da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Cumprе lembrar que essa edição do eminente mestre foi a utilizada por Eugenio Coseriu em sua obra *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, tradução de Maria Christina da Motta Maia, Rio, Presença, 1991, p. 16.

Uma 5ª edição foi publicada em 1975 por Maria Leonor Carvalho Buescu, com introdução, leitura atualizada e notas, pela Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa.

Em 2000, a Academia das Ciências de Lisboa publicou a *Gramática da Língua Portuguesa*, edição crítica, semidiplomática e anastática pelos renomados mestres Amadeu Torres e Carlos Assunção.

Quero esclarecer de passagem a importância dessa edição para a cultura filológica da língua portuguesa. Enquanto uma edição diplomática elimina as dificuldades de natureza paleográfica, a edição semidiplomática ou diplomático-interpretativa é mais profunda, uma vez que melhora o texto através da divisão de palavras, faz o desdobramento das abreviaturas e a devida pontuação. É também anastática, isto é, o texto é reproduzido e refeito por processo químico que o torna mais legível que o fac-símile, que é apenas fotografado.

Contudo, o valor do texto sob a responsabilidade de Amadeu Torres e Carlos Assunção não pára aí. Trata-se de uma edição crítica, trabalho de fôlego só permitido aos filólogos. É um estudo obedecendo às normas da Crítica Textual. O maior objetivo é tornar o texto inteligível, facilitar-lhe a leitura. Daí a importância em interpretá-lo, elucidando as referências históricas, geográficas, mitológicas etc. Vê-se, pois, que o filólogo precisa de sólidos conhecimentos, inclusive da língua e da época em que a obra foi escrita. Apenas para exemplificação, citaremos uma passagem do Capítulo V da Gramática, onde se lê: "*Beroso comero gallo ensinou letras e leis*", onde a

expressão *comero gallo*, com letra minúscula refere-se a nome próprio. É interessante ressaltar que já houve edições em que a expressão foi interpretada como: *comeram o galo!* Outras limitam-se a nomear Comero Gallo sem explicá-lo. Coube aos doutos Amadeu Torres e Carlos Assunção a explicação definitiva.

Nessa passagem, Beroso explica que coube a Comero Gallo, um dos primeiros na Itália, ensinar letras e leis. Fernão de Oliveira colheu essa informação na obra do dominicano João Ânio de Viterbo. O nome Comero Gallo, segundo essa explicação, refere-se ao “*neto de Jápeto e filho primogênito de Íon, um dos oito irmãos de Túbal ou Júbal, é uma das personagens pós-diluvianas*”.

Passemos, agora, aos aspectos lingüísticos da Gramática de Fernão de Oliveira.

A grande virtude de nosso primeiro gramático foi, além de sua argúcia lingüística, não se deixar levar pela imitação quase servil da gramática latina, como ocorreu com outros autores, nem subordinar-se ao movimento da gramática filosófica. Ele mesmo o diz no Capítulo L: “... *escrevi sem ter outro exemplo antes de mi*”.

A importância dos traços distintivos na classificação dos fonemas se deve à Fonologia de Praga. Haja vista que, sob critério estritamente fonológico, foi Mattoso Câmara o primeiro a aplicá-los à língua portuguesa.

Fernão de Oliveira se mostra muito mais coerente na classificação das vogais, quanto ao timbre, que muitos autores de nossa época.

No Capítulo VIII² explica: “... temos oytto vogaes na nossa língua mas nã temos mais de çinco figuras”

Não confunde letra com fonema, ainda que em sua época *litera* representasse tanto a letra como o fonema. À unidade fônica de denomina de pronúnciação e à representação gráfica chama figura ou sinal.

² Foi utilizado o texto da Gramática de Fernão d'Oliveira, edição de 1954, de Olmar Guterres da Silveira

Ao estudar as vogais, Fernão de Oliveira descreve separadamente “*a figura e a pronúncia*” que, às vezes, também chama de “*voz*”, como fazia Nebrija. Identifica oito vogais, distinguindo /a/ /e/ /o/ *grandes* e /a/ /e/ /o/ *pequenos*, nomenclatura que corresponde a *abertos e fechados*.

É importante notar que, em sua visão lingüística, o nosso primeiro gramático exclui /i/ e /u/ na distribuição de grandes e pequenos, isto é, abertos e fechados, uma vez que o timbre não atua sobre estas vogais em português. Eis a sua explicação no Cap. VIII:

... e verdade q) temos a grande e a pequeno; e grande e e pequeno; também o grãde e o pequeno. Mas nã temos assi diversidade ã i nem u.” e conclui: “... conheçendo esta verdade avemos de cõfessar q temos oyto vogaes na nossa lĩgoa mas nã temos mais de çinco figuras.

VIZINHANÇA DAS VOGAIS

No Capítulo XVIII nos diz que há tanta vizinhança entre *u* e *o* pequeno que quase nos confundimos, dizendo uns *somir* e outros *sumir*; *dormir* e *durmir*. Essa flutuação entre *o* e *u* pretônicos é, portanto, antiga. Hoje se conhece como debordamento: *coruja/ curuja*; *colégio / culégio*.

DITONGO OU HIATO?

Nos Capítulos XXVII e XXVIII, lemos que na palavra *marmorea* aparece mais ou menos a sua voz: *e pequeno ... e tem logo outra vogal em outra sílaba* (o grifo é nosso) *a qual lhe tira parte da voz... tão pequeno fica este e que muitos se enganam e escrevem em seu lugar i.*

Vê-se que o apuro auditivo leva Fernão de Oliveira a perceber duas sílabas na terminação de *glória* e *marmorea*.

Os chamados ditongos crescentes surgem em sílaba átona, ocasionando variação livre, isto é, possibilitando ao falante enumerar os dois fonemas vocálicos em uma ou duas sílabas, o que levou Matoso Câmara a excluir a relação dos ditongos crescentes, à exceção

do encontro precedido de consoante velar, como: quatro, quinquênio, quase, em que a enunciação como ditongo é precisa.

Outra não é a opinião do eminente e saudoso mestre, Prof. Olmar Guterres da Silveira, quando, acerca dessa passagem, nos diz: *“Realmente a nossos ouvidos aparece nítida a pronúncia de hiato em tais palavras.”*

Não menos interessante é a interpretação de Fernão de Oliveira ao explicar a posição final de sílaba, em português, onde só aparecem vogais e ditongos, incluindo aí /l/ e /r/, chamando esses fonemas de *“semivogais e quase vogais”*.

É oportuno lembrar uma visão moderna estruturalista em relação a /l/ e /r/, ao distinguir as consoantes, quanto ao modo de vencer o obstáculo de 1º grau em oclusivas, fricativas e soantes. Enquanto as oclusivas e fricativas apresentam, respectivamente, um grau maior e menor de vencer o obstáculo, daí serem consoantes, as soantes (líquidas e nasais) se caracterizam pela quase ausência de obstáculo, aproximando-se, deste modo, das vogais e contrastando com as demais consoantes.

Ao descrever as consoantes, usa uma linguagem simples, inteligível e até pitoresca, como ocorre ao explicar a enunciação da bilabial:

“Pronuncia-se a letra b entre os beijos apertados, lançando para fora o bafo com ímpeto e quase com baba.”

DIVISÃO DA GRAMÁTICA

Em sua Gramática, Fernão de Oliveira trata de Ortografia, onde estuda, principalmente, os fonemas; de Acento, tratando aí das sílabas e do aspecto prosódico; da Etimologia, como origem das palavras; da Analogia, onde estuda a flexão e a derivação; e, finalmente, Concerto, parte sintática a que só se refere de passagem.

Ao abordar a Etimologia, fá-lo em seu conceito exato: origem das palavras, o que já não sucedeu com o grande Nebrija que, ao definir Etimologia como: *“Verdade das palavras”*, considerou o estudo das classes de palavras e suas categorias.

No Capítulo XXX, assim divide o estudo da Etimologia: “*e esta dividimos em nossa, alheia e comum*”.

As chamadas *nossas dições*, ou palavras, diz serem aquelas que nasceram entre nós ou já tão antigas que não sabemos se vieram de fora. Quanto a estas manda a gramática saber donde, quando, porque e como foram feitas.

Vê-se, aí, uma perspectiva diacrônica de Fernão de Oliveira e sua consciência das dificuldades no levantamento etimológico das palavras. São suas as seguintes ponderações:

“*Para se saber tudo isto requer ler e ver muito e ainda assim alcançaremos pouco.*”

Não deixa de fazer crítica às falsas etimologias que eram frequentes na antigüidade pela falta, é óbvio, de princípios científicos da linguagem.

E, assim, adverte:

Ora se como adivinhando, dissermos que homem assim se denomina porque está no meio do mal e do bem; mulher assim se chama porque é mole; velho porque viu muito; tempo porque tempera as coisas; pássaro porque passa voando, e assim como estas poderemos imaginar outras duzentas patranhas porque são sempre abundantes e falsas, pouco aceitas entre os homens sabedores que, muito lendo e trabalhando, se prezam e não são de imaginações aldeãs sem juízo.

Chama de *dições alheias* aos empréstimos recentes. Em suas palavras: “*aquelas que de outras línguas trazem à nossa por alguma necessidade.*”

Exemplifica uma palavra recém-introduzida: *picote* que significa “certo pano grosseiro” e, segundo Nascentes, provém do espanhol.

É ainda digna de referência a sua conclusão sobre essas palavras alheias:

“*Estas dições alheias com necessidade e não facilmente trazidas, chamaremos alheias, enquanto forem novas. Depois, com o tempo, adaptando-se à língua, chamaremos nossas*”.

Em seguida, estuda as *dições comuns*, que seriam empréstimos antigos, de difícil conhecimento etimológico na época do arguto gramático. E ele justifica parte dessa dificuldade:

“E o tempo que passam de uma língua para outra é tão distante, que não podemos facilmente saber de qual para qual passaram; podiam receber da nossa, como a nossa delas.”

Exemplifica as palavras: *“alfaiate, almoxarife, alguidar, almocreve.... as quais dizem que são mouriscas”*.

Ao tratar da Analogia, segue a Varrão, caracterizando bem o princípio da Analogia: semelhança de formas e aplica-a, principalmente, aos nomes e aos verbos. Trata de flexão, derivação e formação de palavras.

No Capítulo XLIII, diz que os artigos de nossa língua variam em gênero, número e caso. Ao admitir casos nos nomes, não os considera declináveis, apenas como tipos de funções oracionais, designados por ele de prepositivo, possessivo, dativo e pospositivo, correspondendo, respectivamente, a nominativo, genitivo, dativo e acusativo, e descreve o uso do artigo de acordo com estas funções.

Essa visão lingüística de nosso primeiro gramático levou Eugênio Coseriu a denominar de “retrocesso” a descrição feita por João de Barros, ao admitir os seis casos latinos para o substantivo.

Fernão de Oliveira não só afasta o conceito de casos na língua portuguesa, como explica o uso das preposições na substituição daqueles. E ainda acrescenta:

“Disse isto porque alguns gramáticos ensinam mal, dando notícia dos casos a seus principiantes.”

É oportuna a observação do Prof. Olmar Guterres da Silveira quando afirma:

“Fernão d’Oliveira distingue cuidadosamente o sistema português, em que a colocação e o emprego das preposições substituem as desinências casuais”.

Outro aspecto morfológico digno de nota é o tratamento que dá à formação do plural dos nomes em -ão. Explica o gramático que eles apresentam três formas: grão/grãos; melão/melões, e cão/ cães.

Ensina que tal diversidade no plural se deve às diferentes formas do singular no português arcaico, terminadas em –ão, –õ, –ã, diversidade esta mantida apenas no plural.

Em sua visão lingüística, Oliveira procura sistematizar a língua, observando o seu funcionamento. Daí, já admitir três conjugações, destacando a terminação do infinitivo em –ar, –er e –ir. Classifica de exceção o infinitivo de pôr, terminado em –or, mas lembra que já tivera a forma poer. Tem, pois, noção precisa das conjugações em português, o que não ocorreu com outros gramáticos posteriores, e até do século XX, que registravam uma 4ª conjugação com o verbo pôr e seus derivados.

Merece também destaque na obra de Fernão de Oliveira a distinção entre flexão e derivação. Seguindo os passos de Varrão, distingue declinações naturais e declinações voluntárias. À semelhança do gramático latino, Oliveira faz um paralelismo entre analogia e anomalia. Mas sobre essa comparação entre os dois gramáticos, recorremos às lições de Eugenio Coseriu na tão conhecida obra: *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*.

Diz-nos Coseriu que num ponto ambos os gramáticos concordam: o uso do termo declinação (*declinatio*) que serve tanto à flexão quanto à derivação. Comparando-os, Coseriu destaca a visão do gramático português que, nesse assunto de Morfologia, vai além de Varrão. Enquanto este se limita a estabelecer a analogia e a anomalia (regularidade/ irregularidade) do uso lingüístico, rejeitando os fatos contrários ao uso, Fernão d'Oliveira concebe a língua como sistema de possibilidades, considerando planos diferentes para regras e realizações.

Para Varrão a derivação está no campo das irregularidades e a flexão, no das regularidades. Fernão de Oliveira, ao contrário, considera a língua “*Antes de tudo um sistema de regularidades*”, cujo fiel da balança é a norma (o uso), atuando tanto na flexão como na derivação. Por isso inclui na declinação natural vários fatos de derivação por seguirem “*leis e regras de formação*”

Exemplifica sua teoria através de alguns tipos de derivação, como, por exemplo, o emprego dos sufixos –ão, -dor, -mente, cuja utilização dependerá de “regras naturais”.

São elas também que exemplificam ser o substantivo do verbo ler, *lição*, do verbo orar, *oração*, mas dos verbos amar e honrar, por outro tipo de formação: *amor* e *honra*.

Outro ponto digno de nota de nosso primeiro gramático é a correlação que faz na composição entre formas verbais como: acorrer, encarregar, aparecer, exemplos de composição (= ajuntamento), uma vez que um dos elementos apresenta significação lexical e ocorrência autônoma. Esta autonomia já não se efetua em palavras como: arranhar, apanhar, ensinar, em que nenhum dos elementos apresenta autonomia, não se processando, assim, a composição, como conclui Oliveira na seguinte passagem:

“... *na verdade isto em muitas partes não he ajuntamento se não costume be ameadado antre nos.*”

Mereceu observação de Eugenio Coseriu o critério adotado pelo referido gramático que, ao admitir para a composição o valor significativo em apenas um dos elementos, apresenta analogia com certas interpretações modernas, principalmente com as de Bloomfield para quem *conceive*, *deceive*, *receive* constituem palavras dimorfêmicas, isto é, união de prefixo e radical.

Cumprе aqui esclarecer que, nesse critério distribucional, importa a ocorrência dos elementos constitutivos da palavra em outros “compostos”. Assim, em *conceber*, *receber*, por exemplo, o elemento *-ceber*, ainda que não tenha uso e significação isoladamente, representa um morfema (radical) pois o primeiro elemento *com-*, *re-* pode-se juntar a outros radicais, como ocorre em *conduzir*, *reduzir* etc.

Esse critério defendido, dentre outros, por Zellig Haris, mereceu contundente retificação de Henri Frei em sua magistral obra *Critères de Délimitation*.

Outro aspecto de formação prefixal abordado por Oliveira é o caso dos prefixos reforçativos (prefixo fictício) em palavras como: *estorvar* e *torvar*. Essa visão de nosso gramático não passou despercebida da argúcia do filólogo Olmar Guterres da Silveira que, em sua edição da *Grammatica de Lingoagem Portuguesa* (1954), assim se pronuncia:

Estudando os prefixos, precisa-lhes o valor e chama a atenção do leitor para certas palavras que apresentam um fictício prefixo *a*; melhor di-

ríamos, que poderiam parecer formas prefixadas aos ouvidos menos avisados. (p. 26)

Fernão de Oliveira tratou também da origem da língua, das mudanças lingüísticas e da língua padrão. Sobre esta destaca-lhe a clareza e a inteligibilidade, qualidades daqueles que a cultivam e falam melhor.

É oportuno transcrever aqui as próprias palavras do perspicaz gramático:

A primeira e principal virtude da língua e ser clara e q) a possuem todos entender e para ser bem entendida há de ser a mais acostumada entre os melhores della e os melhores da lingua são os q) mais lerão e virão e viverão contínuando mais entre primos sisudos e assentados e não amigos de muita mudança. (Cap. XXXVIII)

A argúcia de nosso primeiro gramático em não considerar corrupção as mudanças lingüísticas mereceu elogio de Eugenio Coseriu, ao atribuir-lhe o “*mérito que não tiveram outros teóricos do Renascimento.*”

E ainda na já citada obra *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, conclui que Oliveira merece, por suas notáveis idéias, um lugar de destaque na história da lingüística românica e na lingüística geral.

Realmente, à exceção de Nebrija, nenhum outro gramático dessa época pôde ombrear-se a Fernão de Oliveira.

Quero encerrar esta apreciação sobre a *Grammatica* de Fernão de Oliveira, deixando aqui registradas as lúcidas observações dos doutos filólogos Amadeu Torres e Carlos Assunção, na mais completa edição desta obra publicada pela Academia das Ciências de Lisboa em 2000:

O Homem da Diferença. Fernão de Oliveira jogou na diferença e marcou uma nova era na lingüística lusa, como de resto jogaram os nossos pilotos e marinheiros abrindo ao mundo novos céus e novas terras. (p. 10)

BIBLIOGRAFIA

BARROS, João. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3^a ed. Lisboa: Comp. e imp. na Sociedade Astória Ltda, 1957.

COLLART, J. *Varron Grammairien Latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

COSERIU, Eugenio. *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Trad. de Maria Christina da Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

FREI, Henri. *Critères de Délimitation*, artigo publicado na obra *Linguistics Today*. Edited by André Martinet and Uriel Weinreich, New York: Columbia University 1954.

NEBRIJA, Antonio de. *Gramática Castellana*. Madrid: Junta del Centenario, 1946.

SILVEIRA, Olmar G. da. *A "Gramática" de Fernão D' Oliveyra*. Rio de Janeiro: Metáfora [?], 1954.

TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.